

ESTADO DE EXCEÇÃO DE NOVO TIPO EXIGE RESISTÊNCIA DE NOVO TIPO

José Ricardo Moreno Pinho¹

RESUMO

Analisa a composição do pacto das elites brasileiras para retomada do controle do Estado, tendo o poder judiciário como braço executor do golpe que tirou do governo a presidenta eleita Dilma Rousseff. Denomina de estado de exceção de novo tipo este momento político brasileiro, e conclama a uma resistência de novo tipo, pautada em um mergulho nos movimentos sociais, visando uma resistência dura e de longo tempo.

PALAVRAS CHAVE

Brasil – Golpe – Resistencia

1 Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Doutor pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Presidente da Secção baiana da Fundação Mauricio Grabois; Editor da Revista Dialética.

Ao analisar o regime bonapartista, em *“Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte”*², Marx formulou a ideia de que o Estado é um instrumento cuja dinâmica lhe é externa, no entanto, a França após o golpe de Napoleão Bonaparte, em 1852, é dada como submetida ao despotismo de um individuo sem autoridade, onde as classes caíram mudas e impotentes ante as coronhadas dos fuzis. Em *“Guerra Civil na França”*³, Esta discussão é retomada, e afirma-se que esta seria a única forma de governo possível para a burguesia naquele momento, pois a mesma houvera perdido a condição de governança, no entanto, os operários, por sua vez, não havia adquirido a faculdade de governar a nação.

Engels, em *“A origem da família, da propriedade privada e do Estado”*⁴, apontou que em determinados períodos as classes em luta se equilibram tão bem que o poder mediador do estado adquire certa independência em relação a ambas, podendo lançar as classes em conflito, umas contra as outras, nestes casos, enganadas em benefício de um determinado grupo.

O que entra em jogo com esta relativa autonomia alcançada pela direção do governo é a associação entre os controladores do Estado e os do poder econômico. O Estado cumpre o papel de mantenedor de uma ordem social, donde a classe economicamente dominante

2 MARX, Karl. *Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

3 MARX, Karl. *A guerra civil na França*. São Paulo: Boi tempo, 2011.

4 ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Global, 1986.

é a principal beneficiária. O domínio desta classe, sancionado pelo Estado, pode adquirir diferentes formas políticas, que vai desde a República democrática, até a ditadura, se necessário for.

Podemos compreender, desta forma, que golpe é uma atitude conservadora onde os segmentos dominantes constroem certo consenso e transferem a um indivíduo, ou grupo, o poder do Estado, a fim de garantir a manutenção do status cor. Há de se pensar que esta atitude se dará quando os interesses diretos desta classe dominante se mostram ameaçados de alguma maneira.

O Brasil se mostra um excelente laboratório para este estudo, pois em sua História republicana o ciclo da construção do Estado moderno vem sendo insistentemente marcado por interrupções da ordem democrática sempre que se avançam as possibilidades de alteração de correlação de forças a favor dos trabalhadores.

A própria proclamação da República, em 1889, foi conquistada por meio de um golpe dado pelas elites descontentes e que se viam insatisfeitas desde a abolição formal do regime escravista. No dizer de Aristides Lobo, *“o povo assistiu bestializado a República se implantar”*⁵.

E assim se fez a trajetória Brasileira. O período da República velha foi marcada por forte

5 CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: CIA das Letras, 1987.

instabilidade política, e constantes ameaças. O jovem Estado Republicano foi incapaz de se impor aos mandonismos locais, mas a burguesia recém-nascida logo se constituiu em classe para si, e teve nas primeiras organizações de classe dos industriais de São Paulo a elaboração de um projeto em que o Estado jogaria papel fundamental no fomento para o desenvolvimento capitalista. Esta foi, por sinal, a receita adotada após a revolução burguesa incompleta de 1930, cujo mecanismo para alcance do controle da máquina estatal foi, mais uma vez, o golpe. Talvez possamos afirmar de que naquele momento este instrumento ocupou um papel progressista, pois trouxe como resultado a modernização do país, com um projeto autônomo de desenvolvimento econômico, com uma inclusão, ainda que subordinada, dos trabalhadores, e de rápida urbanização. Mas isto não impediu de que a política tenha assumido a sua forma mais dura, na perseguição aos comunistas, e adoção da ditadura em 1937⁶.

Assim seguiu a sina da história do Brasil Republicano: O golpe como instrumento de interesse do poder econômico em determinados momentos transferiu o controle do Estado para determinados grupos, ou indivíduos. O próprio Getúlio foi deposto em 1945 por meio de um golpe, retornando a Presidência anos depois por meio do voto, sendo levado a cometer suicídio de 1954, quando enfren-

6 Sobre a trajetória do golpismo no Brasil Republicano ver: TIBILE, Jean. ; VALENTE, Mônica. ; PINHO, J. R. M. DEBATE: Golpismo no Brasil e na América Latina, ontem e hoje. In: Fundação Perseu Abramo. (Org.). Encontros de memória e História. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016, v. 1, p. 63-81.

tava forte pressão golpista. JK cumpriu o seu mandato, sendo também muito pressionado. Jânio logo renunciou, Jango precisou negociar a perda dos poderes presidenciais em nome de um parlamentarismo, para poder assumir, e tendo seus poderes restituídos por meio de plebiscito, logo veio o golpe fascista militar de 1964, quando se tentava a implantação das reformas de base.

Após longa luta do povo, se retomou a caminhada pela construção da democracia. Uma democracia atrofiada, incompleta, marcada por profundas desigualdades, sociais, econômicas, culturais, políticas. Mas os setores populares foram amadurecendo, se constituindo em alternativa possível aos olhos do povo, aprendendo a jogar o jogo e passando a fazer a leitura complexa das correlações de forças, superando certa inocência das simplificações esquemáticas da sociedade. E, desta forma, em 2003 a posse de um governo popular foi o coroamento deste duro processo, entrando para a História como sendo a primeira vez em que se deu a substituição dos agentes sociais no controle do Estado brasileiro.

Esta conquista seguiu a mesma lógica que se apresentou em outros países latino-americanos, como a Venezuela, Chile, Bolívia, Equador, Argentina, Uruguai, Paraguai. Estes também não chegaram a ser governos de caráter revolucionários, mas construíram gestões populares, conquistadas pelo amadurecimento democrático, e se deram como respostas ao avanço do neoliberalismo, e a incompetência do modelo neoliberal em responder aos ciclos crescentes das crises financeiras. Ainda

que alguns destes Estados chegassem a afirmar que estariam adotando uma receita de transição a um modelo original de implantação de socialismo.

No Brasil, de forma clara, o governo popular esteve longe de ousar enfrentar o desafio de uma transformação profunda nas estruturas do modo de produção. Ainda que assim se propusesse, logo esbarraria na diferença entre o exercício do governo, ao exercício do poder. Este muito mais distribuído, e seguidor da lógica imposta pela composição de forças existente na sociedade e a consequência de seus embates diretos.

A gestão do Estado é, pois, uma fração do exercício do poder, que é muito maior do que o próprio Estado. Certamente o Lula, maior liderança desta experiência de um governo popular no Brasil, compreendeu melhor de que as coisas não se resolvem em canetadas, como costumava afirmar.

Mas independente dos seus limites objetivos e subjetivos, este governo popular legou importantes conquistas aos trabalhadores. Assumiu-se uma estratégia de fortalecimento do mercado interno por meio da ampliação da massa de consumo, e o fez pela inclusão de setores até então excluídos desta possibilidade. Isto investindo no tripé: geração de emprego, valorização de salário e renda, ampliação de programas sociais. Os resultados chamam atenção pela consequência social dos treze anos que sucederam. Lula tornou-se uma referência mundial por representar uma acertada política de combate à fome. E,

cumprindo sua promessa de fazer um governo de coalizão, ele e Dilma Rousseff, a sua sucessora, apresentaram desempenhos na economia que deixaram satisfeitos também os empresários e os agentes do capital financeiro.

Acontece que a roda não para de girar, e em uma dinâmica cada vez mais acelerada o capital vem sofrendo grandes transformações. O momento agudo da crise financeira internacional deixou órfãos de paradigmas os seguidores da Escola Austríaca. Até mesmo Alan Greenspan, o antes todo poderoso homem da economia norte americana, afirmou que vivemos em um período irracional marcado por catástrofes e bolhas de preços de ativos⁷. O efeito dominó da crise financeira global de 2008, a maior desde a Grande Depressão dos anos 1930, fez os governos adotarem megapacotes de socorro aos bancos. O temor de uma quebra das instituições financeiras que arrastasse todas as economias do mundo desenvolvido e dos países emergentes, entre eles o Brasil, levou a anúncios de gastos públicos de bilhões e até trilhões de dólares.

Em meio à crise do crédito imobiliário, das hipotecas de alto risco (subprime), que minou o sistema financeiro mundial, dezenas de bancos dos Estados Unidos e da Europa foram socorridos pelos governos. Eram os mesmos governos e bancos centrais de países que haviam chancelado uma política de crescimento econômico com juros baixos, crédito farto e riscos elevados (dos clientes de financiamentos

7 <http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/3020575/sistema-esta-quebrado-diz-alan-greenspan-presidente-fed>

da casa própria). Tudo isso sem uma regulação mais coordenada dos mercados financeiros.

A Europa, assolada ainda por um endividamento elevado, também foi castigada. A intervenção do governo português no Banco Espírito Santo (BES) foi acompanhada de injeção de capital de quase cinco bilhões de euros. Em 2012 quatro instituições financeiras gregas receberam mais de US\$ 22 bilhões. Na Espanha, outros quatro bancos foram socorridos com uma injeção de capital de US\$ 48 bilhões. A Europa experimentava taxas recordes de desemprego e recessão em alguns países⁸.

Diante da incerteza, outro caminho apontado para reorganização do capital financeiro passou a precisar da retomada do controle dos Estados nacionais para implantação de uma segunda onda neoliberal, repetindo o que se deu na década de 1990. Estava decretado o fim das experiências de governos populares, adoção de um receituário que deveria incluir redução dos direitos dos trabalhadores, fim de investimentos sociais, e redução do Estado na economia.

Mas como fazê-lo? - A experiência histórica, e a multipolaridade de forças no cenário mundial tronou mais difícil o exercício de controle direto, tal qual ocorreu nas décadas de sessenta e setenta do último século em praticamente toda a América do sul. Era necessário algum tipo de respaldo legal, que pudesse

8 <http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/apos-crise-global-estourar-em-2008-bancos-receberam-socorros-bilionarios-13495994>

construir o tal consenso e conferir a um determinado grupo poderes de direção do Estado, sem necessariamente que o povo participasse desta escolha.

Em Honduras, a derrubada do então presidente Manuel Zelaya abriu a série de golpes contra governos liderados por partidos de esquerda na América Latina. Zelaya foi deposto em junho de 2009, quando foi obrigado a deixar o país por um grupo de militares. Ele foi retirado de casa, colocado em um avião e deportado para Costa Rica. A ação contava com apoio de parte do Congresso e da Suprema Corte do país. Além de governos latino americanos, representantes da União Europeia e o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, reagiram a ação militar. A ONU também condenou o que ela definiu como “golpe de Estado”⁹.

O Presidente Lugo, do Paraguai, conhecido como “bispo dos pobres”, foi eleito em 2008 e buscou exercer um mandato voltado para o povo. Durante sua gestão perdeu o apoio da maioria dos partidos no parlamento paraguaio. O motivo para seu afastamento surgiu de um confronto durante uma reintegração de posse de uma propriedade agrária que causou a morte de 17 pessoas. Sem apoio parlamentar e do seu vice, Frederico Franco, Lugo foi a julgamento, em um processo que durou 24 horas. O presidente paraguaio teve duas horas para apresentar sua defesa. Ele perdeu o mandato por 39 votos a quatro. Na ocasião, o governo brasileiro, o MERCOSUL e

a UNAUL criticaram o desfecho da crise política do país. O Paraguai acabou suspenso do MERCOSUL por um ano.

Fora do continente, na Turquia, o Presidente Erdogan afirmou que seu governo sofreu uma tentativa de golpe de Estado após militares ocuparem postos-chave do país, como o aeroporto de Istambul. Em resposta, cerca de 7.500 pessoas suspeitas de envolvimento foram detidas, entre elas 6.000 militares. Os confrontos causaram 290 mortes. Há um histórico de golpes e tentativas de golpe naquele país. No caso mais recente, um grupo autointitulado Conselho de Paz afirmou ter agido em razão do “crescimento do terrorismo e do regime autocrático”. Após os confrontos e as prisões, o presidente disse que a situação estava sob controle.

Na Argentina, a campanha midiática de desconstrução da liderança de Cristina Kirchner logrou êxito na eleição presidencial, e mesmo com uma pequena margem de votos a oposição conservadora conseguiu derrotar o candidato do governo. Mas, a exemplo do que acontece no Brasil, é preciso eliminar a possibilidade do retorno do projeto popular, e neste sentido, a ex-Presidenta sofre um cerco midiático, e uma série de processos jurídicos, que visam destruir a sua imagem pública e inviabilizá-la eleitoralmente. Igual pressão ocorre com o Presidente Maduro na Venezuela, país em que as tentativas quase permanentes de golpe existem desde o seu antecessor Hugo Chaves.

9 <http://www.cartacapital.com.br/revista/895/honduras-e-paraguai-motivos-de-inspiracao>

Segundo Cristina Kirchner:

“Se vê claramente o surgimento de um ‘partido midiático’ que julga publicamente, um partido judicial’ que é como o espelho desse partido midiático e um setor que intervém com esses dois braços fundamentais na região”.¹⁰

Este consenso construído entre o poder judiciário e uma maioria parlamentar conservadora, tendo os grupos monopolistas de comunicação como instrumento para propagar certa unidade nas ações de assalto ao Estado, tem sido a fórmula adotada em todos estes casos, e também no Brasil.

No Brasil, a fórmula do golpe foi semelhante ao do Paraguai. A coalizão de centro esquerda comandada pelo PT já vinha mostrando crescentes fragilidades. O governo tinha muita dificuldade em aprovar seus projetos no Congresso Nacional, pois um claro movimento demonstrava o deslocamento do centro para a direita, dando margem a oposição de construir uma maioria parlamentar e inviabilizar a governabilidade de Dilma Rousseff. Esta foi a última peça do tripé que faltava para a arquitetura golpista.

A Mídia monopolizada por apenas sete famílias já vinha cumprindo o seu papel de propaganda constante, visando criminalizar, aos olhos do povo, o projeto popular e seus representantes. Já o judiciário se mostrou o braço forte desta trama.

Em 2012 durante a votação do processo que ficou conhecido como o mensalão, a Ministra Rosa Weber, do STF, declarou: “*Não tenho prova cabal contra Dirceu – mas vou condená-lo porque a*

literatura jurídica me permite”¹¹. – Apesar de ações antecedentes, esta declaração rompia com qualquer desfaçatez e inaugurava a nova forma de agir do poder judiciário brasileiro, ou seja, o de rasgar de vez com a correta prática jurídica, desconsiderar princípios fundamentais como o de presunção de inocência, atenção aos autos dos processos, direito de defesa, e pseudo imparcialidade. Ao invés disso, a alta corte do país assumiu o papel de ator político, destinado a inviabilizar a continuidade do governo popular, e ainda, após o impeachment da Presidenta Dilma, passa agora a dedicar-se a impossibilitar o seu retorno.

Esta ação do judiciário tem seu ponto mais destacado na condução da chamada operação lava-jato. O método adotado pelo juiz Sergio Moro, e a permissividade do STF para com este, caracteriza o estabelecimento de um Tribunal de Exceção. Chamamos de Tribunal de exceção aquele instituído em caráter temporário e/ou excepcional. Tal corte não condiz com o Estado Democrático de Direito. É constituído ao oposto dos princípios básicos de direito constitucional-processual, e todos os demais princípios relacionados ao devido processo legal. Uma forma de farsa judicial¹².

O tribunal de exceção não se caracteriza somente pelo órgão que julga, mas, fundamentalmente, por não ser legitimado pela própria Constituição para o regular exercício da jurisdição. No caso brasileiro, a Constituição traz em seu art. 5º inciso XXXVII de que não haverá

¹⁰ <http://veja.abril.com.br/mundo/cristina-kirchner-se-compara-a-dilma-e-ate-repete-discurso/>

¹¹ <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/O-ultimo-julgamento-de-excecao-e-o-fim-de-uma-farsa/29577>

¹² MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2007.

juízo ou tribunal de exceção¹³.

Em setembro de 2016 O Tribunal Regional Federal da 4ª Região formalizou a condição de exceção da chamada operação Lava Jato, quando atestou que a mesma *“não precisa seguir as regras dos processos comuns”*. Advogados apontam que as investigações ignoram os limites da lei. Para a Corte Especial do TRF-4, os processos *“trazem problemas inéditos e exigem soluções inéditas”*¹⁴.

Em dezembro o Juiz Sergio Moro foi ao Senado pedir que adiasse a aprovação de um Projeto de Lei que prevê dentre outras coisas o abuso de autoridade, estabelecendo pena de um a quatro anos de prisão, além do pagamento de multa, para delegados estaduais e federais, promotores, juízes, desembargadores e ministros de tribunais superiores que ordenarem ou executarem *“captura, detenção ou prisão fora das hipóteses legais”*¹⁵. A alegação do juiz foi de que *“este não é o melhor momento para a deliberação”* do projeto, pois a aprovação em definitivo, argumenta, pode ser interpretada como uma medida *“a fim de impedir a continuidade e o avanço de investigações criminais importantes, incluindo a Operação Lava Jato”*¹⁶. Ou seja, o Sr. Sergio Moro pede um salvo conduto para

13 <https://jus.com.br/duvidas/210631/nao-havera-juizo-ou-tribunal-de-excecao>

14 <http://www.conjur.com.br/2016-set-23/lava-jato-nao-seguir-regras-casos-comuns-trf>

15 <http://www.diariodoscampos.com.br/politica/2016/11/acipg-e-magistrados-discutem-projeto-de-lei-de-abuso-de-autoridade/2289935/>

16 <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/moro-envia-ao-senado-sugestao-projeto-sobre-abuso-de-autoridade.html>

continuar a atuar a margem da lei, e cumprir o seu papel de construir um processo fraudulento que tem como único objetivo criminalizar o projeto popular.

Dentre os abusos cometidos pelo juiz Sergio Moro, e os agentes policiais envolvidos na operação lava jato, está escuta ilegal de advogados, escuta ilegal da Presidenta da República, condução coercitiva do ex-presidente Lula para depoimento em um aeroporto, sem que o mesmo tenha se negado a prestar quaisquer informações quando convocado, vazamento seletivo de informações para a imprensa com claros fins de transformar ações da Lava Jato em espetáculo midiático visando à desconstrução de lideranças petistas. Além disso, há diversos questionamentos feitos por advogados quanto à condução do processo, que compromete a possibilidade de defesa, e rompe com o princípio de presunção de inocência. É, portanto, um processo viciado destinado a cumprir um papel político, e conduzido por um Magistrado que mal consegue esconder em suas aparições públicas as suas relações com o principal partido que fez oposição aos governos de Lula e Dilma.

O mais curioso é que os nomes mais citados nas denúncias da própria operação lava jato como beneficiários de esquemas de corrupção da PETROBRAS, são justamente de pessoas públicas ligadas ao PMDB, do agora Presidente Temer, e do PSDB.

A atuação do Sr. Sergio Moro tem sido chamada na literatura jurídica como *“Lawfare”*, que seria a estratégia de abusar do direito como substituto dos métodos militares para obten-

ção de sucesso em um dado conflito. Ou seja, a manipulação das leis para atingir alguém que foi definido como inimigo. Por conta dos abusos cometidos neste processo, o Brasil já se encontra banco de réus do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que acatou recurso movido pelo Ex-Presidente Lula¹⁷.

Outra farsa foi a que ocorreu na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal, por conta da aprovação do impeachment da Presidenta Dilma. Apesar da aparente condução legal o processo de afastamento da Presidenta pelo parlamento se deu sem que houvesse qualquer crime de responsabilidade. Na verdade a alegação para condenação de Dilma foram algumas manobras contábeis, manobras estas que são comuns, e foram fartamente utilizadas pelos seus antecedentes, e até mesmo pelo Vice Presidente, hoje Presidente ilegítimo, Michel Temer.

Chamamos de estado de exceção àquela situação da ordem política que afronta diretamente à supremacia dos direitos fundamentais, prevista na própria constituição mediante alegação de restabelecimento da ordem interna, quando necessite temporariamente suspender determinados direitos políticos, civis e sociais. O perigo existe quando o seu caráter antidemocrático faça com que sua natureza temporária venha a se tornar permanente, abrindo margem para que uma ditadura constitucional seja implantada. Estamos assistindo no Brasil, neste momento, uma injustificada supressão de direitos e

17 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/10/26/onu-aceita-denuncia-de-lula-contra-moro-dizem-advogados.htm>.

garantias constitucionais.

Este não é um estado de exceção que se assume como tal. Figura uma aparência de certa normalidade democrática, que não se sustenta dado o pacto que atribui ao judiciário uma condição de intervenção direta no jogo político, visando à inviabilidade de um determinado projeto. Além disso, temos uma escalada de ataques diretos aos direitos dos trabalhadores, e da cidadania plena, e ainda a tomada de assalto ao poder por um segmento golpista. Trata-se, portanto de um estado de exceção de novo tipo.

O elo mais vulnerável da realização deste projeto está no próprio protagonismo do grupo que assumiu o comando do Estado. O pacto do PMDB, partido de Michel Temer, com o grande capital, para que este partido assumisse de assalto o comando do Estado se deu com a divulgação, em outubro de 2015, do documento denominado “Ponte para o futuro”¹⁸.

Nas palavras de Michel Temer,

“E há muitíssimos meses atrás, eu ainda vice-presidente, lançamos um documento chamado ‘Uma Ponte Para o Futuro’, porque nós verificávamos que seria impossível o governo continuar naquele rumo. E até sugerimos ao governo que adotasse as teses que nós apontávamos naquele documento chamado ‘Ponte para o futuro’. E, como isso não deu certo, não houve adoção, instau-

18 http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf.

rou-se um processo que culminou agora com a minha efetivação como presidência da república”¹⁹.

Este documento traz em seu teor um projeto oposto ao que foi eleito pelo voto popular em 2014, e sugere a desvinculação dos recursos da saúde e da educação, desindexação dos benefícios e do salário mínimo, mudança de idade para a aposentadoria, parcerias com o setor privado e abertura comercial. A negativa de Dilma a esta agenda teria então decretado a decisão de retirá-la da Presidência, sendo a alegação de manobras fiscais apenas uma justificativa falsamente construída.

No entanto, o combate à corrupção, que foi o carro chefe da propaganda de ataque aos governos populares de Lula e Dilma, vai revelando o verdadeiro caráter do governo golpista. Longe de conseguir expressar a moralidade pública, o governo Temer vai rapidamente se expondo a um vendaval de denúncias, muitas delas advindas do andamento da própria operação Lava Jato. Assim, em sete meses, sete ministros já foram exonerados, muitos respondem a processos de diversas ordens, e as delações atingem principalmente o próprio Presidente Temer, que já vê a sua situação tornar-se insustentável.

Claro que o tratamento dado pelo poder judiciário ao grupo que se apoderou do Governo, tem sido bem mais parcimonioso do que ao que é dado a aqueles que são vinculados ao governo legitimamente eleito nos últimos quatro

pleitos federais. Cabe então às forças populares preparar-se para uma resistência de longo tempo frente à ordem golpista estabelecida.

A possibilidade de mudança deste cenário não se dará pelo isolamento das batalhas dentro do parlamento brasileiro, viciado e controlado pelas forças conservadoras; não se pode esperar muito do judiciário golpista que assumiu o papel de braço forte da tarefa de mutilar as forças populares e inviabilizarem a possibilidade de um retorno; não se dará também por uma mudança de rumos do poder executivo que segue acelerando a implementação de medidas anti-povo para fazer jus ao que foi pactuado com o grande empresariado, e com os agentes do capital financeiro, expresso em *“ponte para o futuro”*. É preciso então voltar-se para as bases sociais, reorganizar o povo, cuidar da educação política, formar fileiras na luta frente aos ataques aos trabalhadores, compor ampla frente de defesa da democracia e pela restituição dos direitos legais.

O mergulho nas organizações sociais passou a ser uma necessidade vital para a sobrevivência das forças que clamam pelo restabelecimento de um projeto de desenvolvimento nacional, com foco no social. Superar os vícios trazidos pelo período de controle institucional, e voltar a olhar nos olhos do povo. Mas é necessário que não caia no primarismo do isolamento. É preciso retomar uma antiga máxima de lutas pretéritas: *“Ampliar para radicalizar, e radicalizar ampliando!”*.

¹⁹ <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2016/09/23/the-intercept-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/>